

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.217 - RS (2019/0326488-5)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **IJUÍ ENERGIA S.A**
ADVOGADOS : **ROGERS WELTER TROTT E OUTRO(S) - RS065022**
 RENAN THOMAS - RS074371
RECORRIDO : **NAPOLEAO NUNES DA SILVA**
RECORRIDO : **GENI HOFFMANN DA SILVA**
ADVOGADOS : **LUÍS ROGER VIEIRA AZZOLIN E OUTRO(S) - RS059463**
 ROSANE TERESINHA CARVALHO TEIXEIRA - RS082317

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por IJUÍ ENERGIA S.A, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PRESCRIÇÃO. PRAZO PRESCRICIONAL DECENAL APLICÁVEL A ESPÉCIE, COM INCIDÊNCIA A CONTAR DO ATO EXPROPRIATÓRIO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 1.238, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO CIVIL. PRECEDENTES DO STJ E DESTA CORTE. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO PROBATÓRIA E INSTRUÇÃO PROCESSUAL. RECURSO PROVIDO. UNÂNIME" (fl. 210e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, rejeitados nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PRESCRIÇÃO. PRAZO PRESCRICIONAL DECENAL APLICÁVEL A ESPÉCIE, COM INCIDÊNCIA A CONTAR DO ATO EXPROPRIATÓRIO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 1.238, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO CIVIL. PRECEDENTES DO STJ E DESTA CORTE. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. INOCORRÊNCIA. ENFRENTAMENTO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES AO DESENLACE DA LIDE. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. PRETENSÃO DE REEXAME DA MATÉRIA DE MÉRITO PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO. DESCABIMENTO.

NÃO-PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DISPOSTOS NO ART. 1.022, INCISOS I E II, DO NCPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESACOLHIDOS. UNÂNIME" (fl. 241e).

Sustenta a parte recorrente, nas razões do Recurso Especial, além da divergência jurisprudencial, que houve ofensa ao art. 10, parágrafo único, do Decreto-Lei 3.364/41, defendendo a tese de que "o prazo decenal é para os casos de desapropriação indireta, quando nos autos incontroverso nos autos a realização da desapropriação direta, apenas havendo a alegação de direito de extensão, o que se submete ao prazo prescricional do Decreto - Lei" (fls. 256/257e). Assevera que "não há o que se falar em desapropriação indireta quanto houve acordo extrajudicial através de escritura pública (desapropriação amigável) e a parte recorrida é expressa ao discutir o direito a ampliar a indenização com lastro no direito de extensão" (fl. 261e).

Requer, ao final, "que o presente Recurso Especial seja conhecido e provido integralmente para, no mérito, reformar a decisão pelo flagrante dissídio jurisprudencial e afronta à legislação federal, sendo julgado procedente o presente Recurso Especial para reconhecer a incidência da prescrição com a extinção do presente feito" (fl. 263e).

Sem contrarrazões, foi o recurso admitido na origem.

A irresignação não merece prosperar.

O Tribunal de origem, após análise do contexto fático-probatório dos autos, deixou consignado, no que interessa, que o presente caso se trata de desapropriação indireta, de modo que o prazo prescricional deve ser de dez anos, conforme se observa dos seguintes trechos do acórdão recorrido:

"A ação indenizatória em questão tem o mesmo *status* de ação real, assim como as ações indenizatórias por desapropriação indireta, uma vez que visa ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes da perda de área de terras e suas consequências, por conta da construção da Usina Hidrelétrica São José.

Quando a desapropriação está consumada, mas a discussão é relativa ao que foi realmente ocupado pelo expropriante, caracteriza-se a desapropriação indireta.

Tanto que em relação à incidência do art. 10 do Decreto Lei n. 3.365/41, o STJ entende ser inaplicável às hipóteses de desapropriação indireta:

(...)

Desse modo, o prazo para a propositura de ação objetivando indenização por desapropriação indireta, na hipótese de realização de obras ou serviços de caráter produtivo no imóvel,

é de 10 (dez) anos, nos termos do artigo 1.238, parágrafo único, do Código Civil.

(...)

Tal prazo, contudo, só deve ser considerado quando entre a data do apossamento e a vigência do atual Código Civil não transcorreu mais da metade do prazo prescricional anteriormente definido pela Lei, conforme previsão do artigo 2.028 do referido diploma legal.

Não se desconhece a Súmula 119 do STJ, lastreada no artigo 550 do Código Civil de 1.916, que previa o prazo de 20 anos para a matéria em discussão.

No entanto, necessário verificar se entre a data do apossamento e a vigência do Código Civil havia decorrido 10 (dez) anos, a fim de obter a data em que a pretensão seria atingida pela prescrição.

No caso, levando em consideração que a expropriação ocorreu em 17/02/2009 (fls. 68/73) e 03/07/2009 (fls. 8188) e que a ação foi interposta em 10/07/2014, não implementado o prazo prescricional" (fls. 212/215e).

Nesse contexto, considerando a fundamentação do Tribunal de origem, que concluiu tratar-se de desapropriação indireta, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

Além disso, tendo sido definido que se trata de pleito de indenização por desapropriação indireta, observa-se que o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento firmado por esta Corte, no sentido de que será decenal o prazo prescricional das ações de indenização por desapropriação indireta, ajuizadas após a vigência do Código Civil de 2002, em que a Administração tenha realizado obras e serviços de utilidade pública no imóvel, em conformidade com os arts. 1.238, parágrafo único e 2.028 do Código Civil.

Confirmam-se alguns precedentes:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. MITIGAÇÃO DA SÚMULA 119/STJ. CÓDIGO CIVIL DE 2002. REDUÇÃO DO PRAZO. ART. 1238. PRECEDENTES. DECISÃO RECORRIDA NO MESMO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ.

1. A posição adotada pelo Tribunal de origem está em consonância com o entendimento desta Corte, no sentido de que, nas ações em que

se discute indenização por desapropriação indireta, propostas após a vigência do novo Código Civil, em 11/1/2003, deve ser afastada a Súmula 119/STJ, para aplicação do prazo previsto no art. 1.238 do digesto civilista, que reduziu o prazo do art. 550 do Código Civil de 1916, considerando o disposto no art. 2.028 do Código Civil em vigor, segundo o qual 'serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada'.

2. *In casu*, o desapossamento ocorreu no ano de 1994, e a ação por desapropriação indireta proposta em 22/08/2013, positivando assim a prescrição decenal.

Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no REsp 1.568.828/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/02/2016).

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. PRAZO PRESCRICIONAL. REALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE CARÁTER PRODUTIVO. PRAZO DECENAL.

1. Na hipótese de desapropriação indireta na qual a Administração realizou obras e serviços de caráter produtivo, a jurisprudência desta Corte Superior estabelece ser de 10 (dez) anos o prazo prescricional da pretensão indenizatória, na forma do art. 1.238, parágrafo único, do CC.

2. Descabe o exame, em sede de agravo regimental, de matéria não trazida oportunamente nas razões do recurso especial, constituindo inovação recursal.

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no REsp 1.536.890/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/11/2015).

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. MITIGAÇÃO DA SÚMULA 119/STJ. CÓDIGO CIVIL DE 2002. REDUÇÃO DO PRAZO. ART. 1238. PRECEDENTES.

1. Cuida-se, na origem, de ação de indenização por desapropriação indireta movida contra o ora agravado, em razão da construção da Rodovia SC-496.

2. O Tribunal de origem firmou o seu entendimento embasado em precedentes desta Corte (REsp. 1.300.442/SC e REsp 1.386.164/SC),

no sentido de que, nas ações em que se discute indenização por desapropriação indireta, propostas após a vigência do novo Código Civil, em 11/1/2003, deve ser afastada a Súmula 119/STJ, para aplicação do prazo previsto no art. 1.238 do digesto civilista.

3. No presente caso, o apossamento de parte do imóvel pelo Estado ocorreu em 1995, para a construção da rodovia SC-496; assim, em 11/01/2013, quando entrou em vigor o atual Código Civil, não havia decorrido mais da metade do prazo prescricional especificado pelo Código de 1916 (20 anos), razão pela qual se aplica a regra do novo Código, prevista no art. 1.238, que estipulou o prazo de 10 (dez) anos para aquisição de imóvel em que o possuidor houver realizado obras. Dessarte, está prescrita a pretensão autoral, porquanto o prazo prescricional perfectibilizou-se em 11/1/2013, e a demanda somente foi proposta em 30/04/2014, como consignado no acórdão recorrido.

Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no REsp 1.514.179/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/02/2016).

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, **conheço parcialmente** do Recurso Especial, e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora